

A agricultura familiar e as políticas públicas vistas através da publicação de artigos científicos¹

Marconi Severo²

Ronaldo Bernardino Colvero³

Resumo: Os temas agricultura familiar e políticas públicas ultrapassam a esfera do interesse social, político e econômico, razão pela qual são também tomados, de forma isolada ou em conjunto, como objeto de estudo científico. É justamente nessa linha que se situa o presente texto: mapeamos artigos científicos disponibilizados na plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO) que versam sobre as duas áreas em questão. A pesquisa evidencia uma tendência ascendente em termos de publicações, apesar de indícios de queda após 2016. Por outro lado, uma análise mais aprofundada demonstra que as publicações sobre agricultura familiar, tratadas em conjunto com políticas públicas, são ainda escassas se comparadas com as publicações que se concentram sobre essas últimas em relação com outras áreas (geralmente saúde e educação). Ainda assim, tudo indica que essa agenda de pesquisa vem se consolidando entre os pesquisadores brasileiros.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Artigos científicos. Políticas públicas.

¹ Agradecemos aos pareceristas anônimos por suas contribuições. Contudo, enquanto autores, somos os únicos responsáveis por eventuais imprecisões.

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria – Brasil – marconisevero@hotmail.com

³ Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – São Borja – Brasil – rbcolvero@gmail.com

The family farming and the public policies seen through the publication of scientific papers

Abstract: *Family farming and public policies go beyond the sphere of social, political and economic interest, which is why they are often the object of scientific study, together or standalone. Here it is no different: we map the publication of scientific articles made available over the Scielo Platform that deal with the two fields in question. The results show that there was, in general, an upward trend in terms of thematic publications, although there are signs of a decline after 2016. On the other hand, a more in-depth analysis shows that publications on family farming together with public policies are still scarce compared with publications focused on the latter (generally focused on health or education areas). Despite this, everything indicates that this research agenda has been increasingly consolidated among Brazilian researchers.*

Keywords: *Family farming. Scientific papers. Public policies.*

Introdução

Estudos que envolvem a grande área das políticas públicas constituem hoje um campo de pesquisa consolidado, o que pode ser percebido nos cursos de bacharelado e programas de pós-graduação específicos, tanto nas modalidades acadêmica quanto profissional. Não é por acaso que desde o final dos anos 1990 as reivindicações em torno de *policies* têm ganhado destaque entre técnicos governamentais, intelectuais, movimentos sociais ONGs etc., pois representam uma das formas pelas quais o Estado e os governos, interagem com a sociedade. Dentre as variadas interações, condicionadas por um público igualmente distinto, estão as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar brasileira, cujo melhor exemplo – e também um caso de sucesso de políticas públicas, semelhante ao Programa Bolsa Família – é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Em consequência disso, muitos trabalhos têm surgido através de publicações científicas, sobretudo em torno dos artigos publicados em periódicos especializados. Este texto visa, portanto, fazer um levantamento bibliométrico sobre as produções desta natureza.

Para tanto, dividimos nosso foco em dois temas que aparecem de até três maneiras distintas: (1) agricultura familiar e políticas públicas; (2) agricultura familiar; e (3) políticas públicas. Nosso objetivo foi averiguar como se estruturaram as publicações, se ocorrem de forma conjunta ou não, em quais periódicos se encontram e a qual área do conhecimento costumam estar vinculadas. Para que isso fosse possível, fizemos um levantamento bibliográfico sobre o atual “estado da arte” em termos de produção científica no Brasil para, em seguida,

escolher a plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO) como referência bibliométrica.⁴ A sua escolha se deve ao fato de que as principais revistas brasileiras que costumam publicar sobre esses temas, em conjunto ou de forma isolada, estão indexadas nesta plataforma (as demais, conforme pudemos observar, parecem se voltar mais para outras áreas de interesse e mesmo para publicações internacionais).

Selecionada a plataforma, consideramos como recorte temporal o período de 2003 a novembro de 2017. É interessante mencionar este período porque estruturamos nossos gráficos, na parte final do artigo, seguindo a mesma estrutura: uma apresentação geral do quantitativo de originais por ano, seguida do mapeamento dos periódicos onde foram publicados para, por fim, analisar as subáreas do conhecimento em que os estudos se enquadram. A única exceção ao recorte temporal utilizado diz respeito ao Gráfico 1, cujo ano-base é 2009. Isto se explica devido ao fato de que as publicações anteriores foram muito desigualmente distribuídas (chegando a ser nulas em alguns anos, irrisórias em outros). Pensamos que estabelecer o ano-base de 2009 – e não 2003 – para todos os gráficos faria com que perdêssemos informações interessantes nos outros dois gráficos destinados à análise das publicações isoladas (agricultura familiar e políticas públicas, respectivamente).

Efetuada as notas introdutórias, resta dizer que estruturamos o texto em três partes distintas. Na primeira delas, abordamos algumas discussões sobre o atual cenário da produção acadêmica no Brasil, com especial destaque para as lógicas “produtivistas” que frequentemente recaem sobre os temas pesquisados, os artigos produzidos e os periódicos utilizados para divulgação dos achados. Na segunda parte, fizemos considerações breves sobre os dois temas em questão para melhor subsidiar a interpretação dos achados, que são o foco da terceira e última parte do texto. Por fim, tecemos algumas considerações finais que, de certa forma, sintetizam (embora não resumam) o que foi discutido ao longo do texto.

As lógicas da produção científica

O conhecimento acadêmico difere daquele produzido por outras instituições, tais como jornais, redes sociais, movimentos sociais etc., precisamente porque ele é, ou pelo menos deveria ser, em um modelo ideal, pautado pelo viés científico. Isso faz com que existam meios de divulgação correspondentes, daí a origem das revistas científicas, embora essa seja apenas uma das múltiplas maneiras de comunicação (no sentido lato do termo “publicação”), pois, como lembram Silva, Gonçalves-Silva e Moreira (2014: 1426), também a publicação de dissertações,

⁴ Todas as informações e dados foram acessados no seguinte endereço: <http://www.scielo.org/php/index.php?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2017.

teses, livros e mesmo trabalhos divulgados em anais de eventos científicos são “formas de circulação do conhecimento produzido, tornando-os públicos”. Note que a comunicação, independente da forma como ocorre, parte do pressuposto de que existe uma comunidade acadêmica interessada na troca de ideias, característica primeira da ciência: não existem verdades duradouras; o conhecimento se constrói ao se desconstruir.

Daí decorre que o veículo de divulgação mais utilizado para participar do debate acadêmico – por oposição à simples soma numérica de publicações – é o artigo científico. No Brasil, diferentemente de alguns países europeus e dos Estados Unidos, esse material, incluindo textos considerados de excelência, é divulgado de forma gratuita (seja por iniciativa institucional, do periódico, dos autores ou ainda de ambos). Seguindo a tendência atual, boa parte dos periódicos tem migrado de suas versões impressas para o formato digital, o que possibilita um acesso ainda mais amplo e universal aos seus textos. Embora isso tenha um custo elevado – preocupação constante dos editores –, os autores, pareceristas e leitores frequentemente não necessitam efetuar qualquer tipo de pagamento; o fomento é dado pelas agências de financiamento de pesquisas científicas, mantidas em sua quase totalidade pelo Estado (com exceção de algumas fundações privadas, *think tanks* etc., que podem ter seus próprios cursos de graduação, pós-graduação e revistas científicas).

Isso não quer dizer, com efeito, que não exista certa pressão econômica, no sentido de mercantilização tanto do saber como das formas de divulgá-lo. De acordo com Silva, Gonçalves-Silva e Moreira (2014: 1428), há uma tendência internacional que estimula, ao mesmo tempo em que tacitamente exige, pelo menos para aqueles interessados em um maior reconhecimento simbólico, a internacionalização deste saber, o que recai necessariamente “na valorização da publicação de artigos em periódicos indexados em bases internacionais” e, acrescentemos, na valorização do inglês sobre outros idiomas, inclusive o vernáculo. É evidente que o debate científico dotado de maior alcance tende a ser benéfico para a troca de conhecimentos, interligando assim centros e periferias. No entanto, essa tendência de internacionalização traz consigo alguns contratempos nocivos ao meio acadêmico: como apontam os autores, “o fator de impacto do periódico e/ou Webqualis se torna moeda corrente para uma demanda cada vez maior de pesquisadores dispostos a alcançá-los”, o que faz das publicações científicas “um tipo específico de capital” (Silva; Gonçalves-Silva; Moreira, 2014: 1428). O melhor exemplo dessa situação são os casos, sem dúvida bastante corriqueiros, em que se presta mais atenção ao qualis de uma revista do que propriamente ao periódico ou ao seu público leitor, gerando assim publicações estéreis, porque feitas unicamente *para publicar*.

Esta forma equivocada de interação com a comunidade científica é fomentada dentro da própria academia, o que fica evidente quando se sabe, como

aponta Barata (2016: 19), que muitos programas de pós-graduação tendem a ser avaliados também por suas publicações, medida tanto em termos qualitativos como, e principalmente, quantitativos. Se deve, dentre outros fatores, a essa lógica o fato de que “muitos programas” passaram a informar “como produção intelectual bibliográfica produtos que não se qualificam como artigos científicos” (Barata, 2016: 19), ao que poderíamos acrescentar ainda que as tão corriqueiras publicações natimortas (aquelas cujo fim último consiste apenas em ser publicadas) é outro fator não menos importante, pois está presente inclusive em colunas de jornais e hebdomadários. Barata (2016: 20) sugere, para os casos de classificações inadequadas, que uma possível solução seria “que todas as áreas de avaliação reservassem o estrato C apenas para publicações que não pudessem ser classificadas como científicas, independentemente da área de conhecimento”. Mas, ainda assim, o que se tem aqui nada mais é senão a preocupação com a categorização e a classificação métrica do conhecimento, não por si mesmo, mas por uma escala de valores de referência passíveis de comercialização simbólica no mercado científico.

Para o que nos interessa sobre as classificações dos periódicos, as áreas do conhecimento humano e suas singularidades em termos de publicação de artigos científicos, é interessante problematizar alguns achados de Barata. Para a autora, segundo o critério qualis de classificação das publicações, a “grande área das Ciências da Saúde” é a principal responsável pela “maior homogeneidade” em termos de estratos de periódicos: “de modo geral, as Ciências da Vida e as Ciências Exatas apresentam proporções maiores de revistas classificadas nos três primeiros estratos e nos estratos A”, ao passo que as “Humanidades tendem a mostrar menores proporções de periódicos nesses estratos” (Barata, 2016: 25). O porquê dessa diferença residiria no perfil dos periódicos e de seu público: se no “primeiro grupo de Ciências predominam periódicos editados por editoras comerciais ou associações científicas de grande prestígio acadêmico”, no segundo grupo “ainda predominam publicações vinculadas aos próprios programas acadêmicos” (Barata, 2016: 25). No primeiro caso, pode-se dizer que o viés comercial é maior, mas também que há uma maior independência científica em relação à própria academia, o que não ocorre, ou pelo menos não na mesma proporção, no segundo.

Isto nos é de fundamental relevância para a segunda parte do artigo, posto que, se as publicações em torno do tema políticas públicas se sobressaem na área da saúde, o tema da agricultura familiar aparece, por sua vez, com maior destaque justamente na área de humanidades. Aliás, seguindo essa mesma linha de raciocínio, convém mencionar que, segundo Barata (2016: 25-26), as fontes bibliométricas mais utilizadas para pesquisas desta natureza são Journal Current Report (JCR), Scopus e SciELO, o que permite inferir que há uma sintonia entre fontes e achados. Por outro lado, convém não esquecermos que há uma demanda

interna à academia que vê nas publicações seu fim último, e que talvez seja por isso que muitos acadêmicos não cheguem a figurar nestas plataformas, tampouco em bons periódicos.

Apesar de focarem na área de educação física, é interessante abordarmos aqui alguns dos achados de Silva, Gonçalves-Silva e Moreira (2014: 1436), que vêm nisso um reflexo da “incorporação da obrigatoriedade de publicação de artigos por discentes de mestrado e doutorado atrelada ao orientador” como uma estratégia que visa “obter pontuação tanto no quesito ‘corpo discente, teses e dissertações’ quanto ‘produção científica docente’”, o que reflete, por sua vez, algo mais pungente: “diante das exigências do órgão regulador, a fim de contemplar e se manterem ‘vivos’ no certame, os programas de mestrado e doutorado em Educação Física” – podemos supor que também os programas de outras áreas – “vêm incorporando em forma de regulamento e obrigando candidatos a mestre e a doutor a se inserirem na engenhosa lógica do produtivismo acadêmico” (Silva; Gonçalves-Silva; Moreira, 2014: 1437). A publicação a qualquer custo passa a ser, assim, um fim em si mesmo, o que sem dúvida condiciona a produção e a divulgação de artigos científicos.

Mas por que é importante nos atermos a essa “engenhosa lógica”, ou àquilo que Maia chama de “capitalismo acadêmico” (2019: 9)? Afora as evidências explícitas de mercantilização do conhecimento, tal lógica é capaz de definir objetos de estudo porque “publicáveis”. Isso pode interferir da seguinte forma em um estudo como esse: em períodos em que o Governo Federal é favorável à agricultura familiar, espera-se que proliferem publicações sobre o tema; razão pela qual pode-se supor que esse tipo de pesquisa encontre menos adeptos no pós-impeachment (como, de fato, parece ser o caso). O mesmo pode ser dito sobre uma pesquisa acerca de políticas públicas de gênero, para o mesmo período. As pesquisas, para muito além das publicações, podem ser condicionadas quando obedecem a lógicas externas aos interesses científicos, o que nos permite supor o *cogito*: são assuntos usuais, logo são publicáveis.

Há aqui algo que deve ser considerado: a acessibilidade autoral. Por mais que seja verdadeira a afirmação de Silva, Gonçalves-Silva e Moreira (2014: 1438), segundo a qual, “pressionados pela Capes a manter um corpo docente produtivo, os programas tendem a se apegarem aos pesquisadores em formação (mestrandos e doutorandos)”, a fim de “manterem-se na ativa, exigindo deles a produtividade e alimentando, com isso, um ‘círculo vicioso’ já no processo da formação profissional”, não são todos os periódicos que permitem esse tipo de conduta. Nos estratos superiores (onde figuram os periódicos indexados na plataforma SciELO), o acesso se dá mediante não apenas requisitos burocráticos (titulações acadêmicas que, aliás, tendem a ser mais flexíveis do que estratos em vias de ascensão qualitativa), mas também, e sobretudo, mediante a originalidade das ideias (como, de resto, é exigido em todos os periódicos, variando apenas em rigor).

Obviamente que essa “cláusula de barreira” tende a ser tanto mais criteriosa quanto maior for a credibilidade do periódico, credibilidade essa construída não só pelos editores ou plataformas, mas também pelos autores. Como aponta Martín (2018: 951), dirigindo-se a pesquisadores principiantes, mas em afirmação que pode se estender aos programas de pós-graduação, é “indispensável entender que as revistas não são um espaço para ‘desovar artigos’, mas arenas de debate”, motivo pelo qual “é indispensável que o manuscrito se adapte a esse espaço comum, a essa linguagem compartilhada, que embasa o diálogo entre autor e leitores”. Partimos, portanto, do pressuposto de que houve uma escolha consciente do autor por esse ou aquele periódico e, como tal, uma construção textual própria. A relevância aqui está atrelada à escolha da plataforma para pesquisar a produção bibliométrica: certamente, se ampliássemos nosso escopo, teríamos mais informações, mas também um maior grau de imprecisão.

Se for verdade que periódicos indexados a plataformas de publicações científicas são mais criteriosos, é natural que os artigos aí publicados tenham uma preocupação distinta da lógica produtivista: a publicação não é um fim, mas um meio que permite dar início ao debate e à refutabilidade científica. Ressalve-se, no entanto, que não é o estrato, tampouco a plataforma, que definem a credibilidade de um periódico: estamos apenas nos referindo às regularidades observadas na prática acadêmica. Também as revistas científicas que não estão vinculadas a indexadores não deixam de ter qualidade. O que deve ficar claro é que não é possível, para os fins deste artigo, efetuar um estudo bibliométrico capaz de abranger todos os periódicos brasileiros em que se encontre algum tipo de publicação vinculada à agricultura familiar ou às políticas públicas, o que metodologicamente nos levou a optar pela plataforma que contivesse o maior quantitativo de originais preocupados em abordar esses assuntos.

Agricultura familiar e políticas públicas como objetos de estudo

Agricultura familiar e políticas públicas consistem em dois temas que têm conquistado espaço entre os pesquisadores brasileiros. Mas isso parece não ser peculiaridade nossa, pois, ao que tudo indica, há em curso uma tendência de crescente reconhecimento internacional de temas envolvendo a agricultura familiar e as políticas públicas, a tal ponto que se fala hoje em contribuições da sociologia, ciência política, antropologia etc. ao estudo de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, comercialização e industrialização de matérias primas, alimentação escolar, dentre outros tópicos que se estendem para além do meio rural.

Como sugerem tais perspectivas, não é somente de forma separada que essas duas temáticas têm sido estudadas, pois também em conjunto inspiram pesquisas: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf),

o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), formas alternativas de contratação de crédito rural, regularização fundiária e cadastro documental, dentre outros, são exemplos em que os dois temas aparecem unidos. Para Grisa e Schneider (2014), esse interesse acadêmico, mas também político e social, é fruto de um crescente debate ao longo das últimas décadas, formando o que os autores chamam de as três grandes gerações de *policies* para a agricultura familiar.

Se em 2011 a agricultura familiar brasileira ainda estava “muito aquém de seu potencial de geração de alimentos e renda” (Conti; Roitman, 2011: 134), no último decênio o que se viu foi a exploração dessa grande capacidade produtiva, e muito disso se deve ao auxílio estatal mediante políticas públicas. A agricultura familiar não pode ser vista, portanto, de forma isolada, ao contrário, ela “deve ser valorizada como segmento gerador de emprego e renda, de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável” (Henig, Santos, 2016: 270). Em outras palavras, a valorização da forma familiar de produção agropecuária impacta não apenas os residentes no meio rural, mas a sociedade como um todo.

É por isso que Anjos et al. (2004) afirmam, em relação às *policies* voltadas para este público, que o Pronaf (a principal delas) é uma excelente política pública, uma vez que promove o desenvolvimento não apenas econômico, mas também social e cultural do setor primário brasileiro. Também Henig e Santos (2016: 256) comungam dessa ideia, pois asseveram que o Pronaf inegavelmente contribuiu para o combate do êxodo rural, uma vez que a “escolha por parte dos trabalhadores em permanecer, investir, ou sair da agricultura depende, entre outros fatores, de políticas públicas fortes voltadas para essa atividade, consolidando-a como meio possível de reprodução social”. Embora existam outras iniciativas, é precisamente por apresentar essas características que o Pronaf conseguiu se consolidar como uma política pública de Estado (para além de uma política governamental, mais suscetível às vicissitudes políticas).

Mas como o meio rural, de forma geral, e a agricultura familiar, de forma específica, são altamente complexos, Teixeira (2002: 11) faz uma crítica interessante à percepção atual da função social da pequena propriedade, frequentemente definida “muito mais em termos econômicos”, tais como “produtividade e eficiência”, do que em “termos sociais e ambientais, tratados de maneira genérica”. A sua crítica nos remete aos estudos focados apenas nas culturas e criações presentes na propriedade, bem como na sua comercialização, esquecendo-se do principal: o fator humano. Ora, se analisarmos a agricultura familiar do ponto de vista puramente econômico, ou mesmo agrônômico, teremos uma análise míope, no sentido de um exacerbado reducionismo de uma complexa realidade. Resulta daí que uma percepção coerente acerca do tema não pode prescindir da noção de que ele pode, ou até mesmo deve, ser enquadrado em mais de uma área do conhecimento humano.

Mapeando a produção acadêmica sobre o Pronaf, Mattei (2006: 21) constatou que a principal forma de propagação de publicações e conhecimentos concernentes à temática ocorre por meio de artigos científicos, seguidos de teses e dissertações e, por fim, relatórios técnicos (achados que embasam empiricamente nosso foco na publicação de artigos científicos). A produção acadêmica que considera a realidade da agricultura familiar e sua relação com o Estado e a sociedade civil, por meio de políticas públicas, demonstra o reconhecimento dessa categoria como um segmento social e econômico com potencial produtivo e rentável, sem, todavia, se esquecer do seu caráter humano.

No entanto, assim como acontece com as políticas públicas, não há um conceito consensual de agricultura familiar que abranja todo o território brasileiro, uma vez que ela tem variadas singularidades intrinsecamente relacionadas a questões geográficas e culturais. É possível, então, que uma *policy* voltada para este público-alvo, embora tenha as mesmas diretrizes institucionais em âmbito nacional, na prática, apresente discrepâncias de acordo com uma variedade significativa de condicionantes. Dessa forma, toda política (de governo ou de Estado) que leve em consideração este cenário deve ter cautela ao definir metas e regras institucionais, justamente porque a formulação de uma política pública, quando for este o caso, deve condizer com sua capacidade efetiva de implementação. É nada mais natural do que o fato de que isso se reflita nas análises acadêmicas.

É nesse sentido que se direcionam os apontamentos de Rosa e Oddone (2006: 185). Segundo as autoras, uma política pública “reflete a vontade de diferentes setores da sociedade em avançar para uma determinada direção e representa uma articulação coerente de medidas para transformar uma situação”. É claro que não podemos tomar a sua “direção” ou “setorialidade” como um fator de exclusão, mas antes pelo contrário: trata-se de uma especificidade setorial dentro de um universo maior, por mais que muitas vezes não seja percebido (à maneira de alguém especializado em sociologia da religião, mas que nem por isso deixa de estar filiado, em outro plano, à sociologia geral).

Nas palavras de Saravia (2006: 35), “toda política pública está integrada dentro do conjunto de políticas governamentais” ao mesmo tempo que “constitui uma contribuição setorial para a busca do bem-estar coletivo”. Para Celina Souza (2006), o estudo de *polícies* permite fomentar produções acadêmicas de qualidade, ao mesmo tempo em que visa interferir na realidade mediante a aprimoração dos programas e ações já existentes (seja ao melhorá-los, seja ao subsidiar decisões que podem acarretar sua extinção).

É fato que políticas públicas têm conquistado espaço nos círculos acadêmicos e profissionais, especialmente ao longo das últimas décadas. Para Caio Penko (2011: 161), por exemplo, o campo de estudo das políticas públicas é, “por excelência, multidisciplinar”. Trata-se aqui de uma dupla referência: de um lado, a alusão aos suportes teórico-metodológicos empregados para seu estudo,

de outro, às áreas em que elas são efetivadas e, conseqüentemente, à necessidade de olhares igualmente setoriais (políticas agrícolas, educacionais, sanitárias etc. normalmente mobilizam profissionais e agendas de pesquisa filiadas às respectivas áreas). É por isso, e com o intuito de captar o máximo possível da realidade acerca do panorama de publicações da área, que se optou por pesquisar as publicações ora em conjunto (agricultura familiar e políticas públicas) ora de forma individualizada.

No que se refere às publicações temáticas, isto é, àquelas focadas em áreas específicas (saúde, educação etc.), Klaus Frey (2000) tece uma importante crítica. Segundo o autor, a produção acadêmica no Brasil, até os anos 2000, era concentrada e conseqüentemente limitada ao objeto de estudo analisado, o que não permitia uma discussão mais ampla dos resultados obtidos. Nas palavras do autor, “normalmente, tais estudos carecem de um embasamento teórico que deve ser considerado um pressuposto para que se possa chegar a um maior grau de generalização dos resultados adquiridos” (Frey, 2000: 215). Em outras palavras, publicações focadas unicamente em uma área temática tendem a criar nichos de publicações e discussões acadêmicas, o que, para o que nos interessa aqui, reflete também na organização das publicações científicas por área do conhecimento e por perfil de periódicos.

A produção científica em perspectiva

A escolha pela plataforma SciELO deve-se, como dito anteriormente, à sua acessibilidade e ao considerável número de periódicos nela cadastrados. O portal SciELO é um banco de dados bibliográficos, compondo uma biblioteca digital que fornece ao pesquisador produções acadêmicas em artigos científicos, resenhas etc., a tal ponto que é considerado uma das “fontes de dados bibliométricos mais utilizadas” (Barata, 2016: 25) no Brasil. O foco desta plataforma é o fomento ao conhecimento, subdividido por áreas e subáreas temáticas. O material contido no seu banco de dados é disponibilizado de forma gratuita e online.

O procedimento metodológico para obtenção dos dados consistiu, em um primeiro momento, na busca com base na terminologia-chave: “agricultura familiar e políticas públicas”. Para a filtragem inicial, optou-se pelo método integrado e, em seguida, filtraram-se as produções acadêmicas com foco apenas na realidade da produção brasileira. Optou-se por mensurar os artigos científicos por duas razões: primeiro, porque resultam de pesquisas acadêmicas na área; segundo, porque são mais acessíveis do que outras produções, a exemplo dos livros (Mattei, 2006).

A escolha pelo território em análise, ou seja, o Brasil, foi favorecida pelas opções fornecidas pela própria plataforma SciELO, uma vez que a análise comparativa, em termos de produção mundial, não seria possível e tampouco viável

considerando os limitantes deste artigo e os fins a que nos propomos. Cabe destacar aqui, mais uma vez, que o recorte temporal vai de 2003 a 2017, mais precisamente novembro de 2017 (com exceção do Gráfico 1, que inicia com o ano de 2009 justamente por não haver uma sequência de publicação passível de mensuração no período anterior). Para facilitar a leitura e a exposição dos achados, todos os gráficos seguem a mesma ordem: primeiro, são apresentados os quantitativos de publicações, depois são apresentados os periódicos onde se encontram e, por fim, as áreas do conhecimento em que os textos foram classificados.

O primeiro passo consiste, então, em apresentar o panorama comparativo entre os três casos: (1) agricultura familiar em conjunto com políticas públicas, (2) agricultura familiar e (3) políticas públicas, do que resultou a Tabela 1. Nela podemos ver diferenças nada desprezíveis em torno das publicações de originais: por exemplo, a produção acadêmica que considera a análise em conjunto tem um reduzido número de publicações, comparada com as mesmas áreas de forma isolada. Outro achado interessante é a predominância de publicações em conjunto na área das ciências humanas, seguida pelas ciências sociais aplicadas. Quando analisada de forma detida, a publicação de artigos científicos deixa evidente que obedece a outra lógica: enquanto na agricultura familiar o foco concentra-se nas ciências humanas, seguidas das ciências agrárias, nas políticas públicas o foco vai das ciências humanas para as ciências da saúde.

Tabela 1. Publicações por tema e área temática (em unidades)

	Agricultura Familiar & Políticas Públicas	Agricultura Familiar	Políticas Públicas
Ciências Humanas	30	160	2.128
Ciências Sociais Aplicadas	22	112	705
Ciências da Saúde	9	39	1.544
Ciências Agrárias	3	147	41
Multidisciplinar	-	24	59

Fonte: SciELO (2017). Não é descartada a possibilidade de que o mesmo artigo tenha sido automaticamente enquadrado em mais de uma área temática.

Chama a atenção o fato de que há uma notória diferença quantitativa entre o número de originais publicados por tema e por área do conhecimento. Por exemplo, quando se trata dos dois temas em conjunto, temos apenas três publicações nas ciências agrárias, mas, quando se analisa apenas a agricultura familiar, este total atinge o segundo lugar. Em termos de políticas públicas, as ciências agrárias figuram em último lugar, o que demonstra um panorama geral

onde: (1) a agricultura familiar tende a ser vista por outras formas que não as das políticas públicas (certamente é o caso das visões econômicas e agrônômicas); (2) parece não haver interesse entre os estudiosos de políticas públicas, em comparação a outras áreas, com aqueles temas tipicamente classificados junto às ciências agrárias.

De forma geral, o destaque para as três modalidades analisadas está nas ciências humanas, com o maior número de artigos. O único caso em que não foi localizada nenhuma publicação foi na modalidade conjunta, área multidisciplinar. O que possivelmente explica isso – pois, como sugere a teoria de políticas públicas, esta é, por natureza, multidisciplinar – é a própria setorialidade: o estudo de políticas públicas voltadas à agricultura familiar certamente mobiliza literatura específica, porque setorial, logo descarta visões multidisciplinares (mais frequentes em estudos de natureza mais abrangente). Aliás, a Tabela 1 aponta justamente para o oposto das abordagens multidisciplinares, uma vez que as publicações parecem obedecer a uma estrita lógica setorial.

Sob um viés comparado, com relação à agricultura familiar, foram localizados 482 artigos científicos e, com relação às políticas públicas, localizamos um expressivo total de 4.477 artigos publicados. Nota-se que para ambos os casos foram selecionados todos os idiomas em que os originais foram publicados, o que leva a ressaltar sua importância como critério analítico (sobre este aspecto, é interessante destacar que há uma expressiva produção em inglês sobre o tema políticas públicas, o que não ocorre com a agricultura familiar). Talvez isso se deva a dois fatores: primeiro, à consagração do tema *policy analysis* na agenda internacional e à ainda incipiente e regionalizada discussão em torno da agricultura familiar (por vezes tratada como campesinato); segundo, à origem das políticas públicas como área do conhecimento, que remete aos Estados Unidos, portanto ao idioma inglês.

Tais suposições, quando aliadas aos achados de pesquisa, permitem constatar que, com relação ao panorama das publicações acadêmicas nessas áreas, a publicação em torno da agricultura familiar parece restrita ao âmbito nacional, enquanto a busca por políticas públicas sugere uma produção internacional significativa. Além dos fatores anteriormente apresentados que poderiam justificar essa tendência, cabe destacar também que o universo das políticas públicas é bem mais amplo, pois divide-se em áreas setoriais (das quais a Agricultura Familiar consiste apenas em uma, ou melhor, em um tema dentro do grande e complexo universo das políticas públicas e ações governamentais que visam impactar o universo agrícola e agrário). O uso do inglês é, nesse sentido, decisivo, uma vez que ele demonstra tanto a filiação teórica quanto a busca por um maior debate e reconhecimento nas esferas internacionais.

A fim de explorar um pouco mais a publicação em conjunto das duas áreas, elaboramos o Gráfico 1. Nele, podemos observar um panorama temporal a partir

do ano de 2009 (antes disso não localizamos nenhum artigo). A publicação de originais que abordam em conjunto os dois temas apresenta certa constância entre os anos de 2010 e 2013. No entanto, há um ápice de publicações em 2014, com um total de 12 artigos, o que se explica certamente por uma ênfase acadêmica em razão do reconhecimento político dessas categorias (não que este reconhecimento se deva ao ano em questão, pois, como sabemos, a pesquisa, a escrita e todo o processo de submissão e publicação de um artigo pode demorar anos, o que nos faz ter cautela quanto a este ápice, pois provavelmente ele reflete pesquisas anteriores, e não propriamente daquele ano).⁵

Prova disso são as variações temáticas, com dados quantitativos relacionados ao estudo de uma política pública mais suscetível às agendas governamentais, como é o caso da maior parte das políticas de crédito agrícola, de saúde pública e de segurança pública. Nesses casos, pode ocorrer certa “desatualização” em questão de meses, assim como uma verdadeira “reviravolta” na agenda de pesquisas (pensemos, por exemplo, na atual supremacia política de grupos vinculados ao agronegócio, o que tende a impactar de variadas formas as agriculturas desenvolvidas em menor escala). Também é digno de nota que não há uma produção significativa no período analisado no Gráfico 1; observa-se, pelo contrário, certa tendência de queda nos índices.

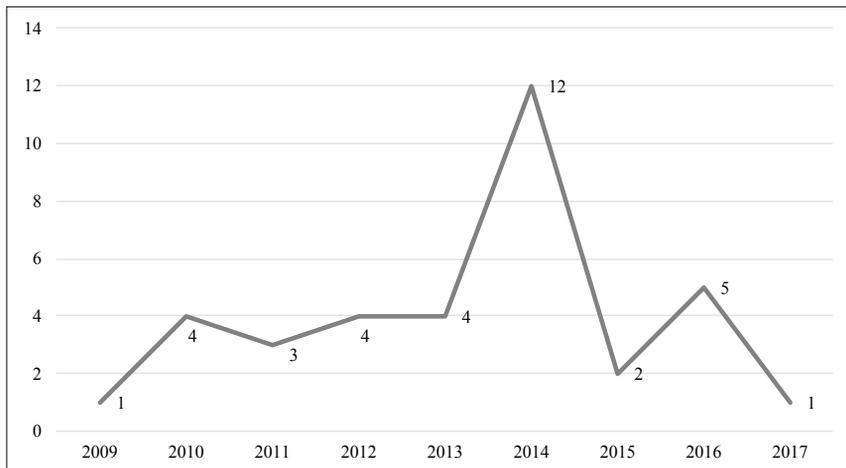


Gráfico 1. Publicação de artigos sobre agricultura familiar e políticas públicas, por ano

Fonte: SciELO (2017).

⁵ Os dados do Gráfico 1 diferem da Tabela 1 por terem sido filtrados com base em um recorte temporal distinto. Isto se explica pelo fato de que os dados da Tabela 1 consistem em um somatório amplo, ao passo que os dados dos gráficos foram filtrados conforme o tema e o ano.

Outro fator interessante, ainda que não represente necessariamente alguma relação direta com o quantitativo de publicações acadêmicas, é que na maior parte do período em tela a gestão do Executivo nacional esteve sob o Partido dos Trabalhadores (PT), que tem relações históricas com movimentos sociais e reivindicações para a agricultura familiar. Possivelmente, essa conjuntura de políticas de governo e de Estado para minorias e para públicos socioeconomicamente vulneráveis influenciou o meio acadêmico, em especial os estudiosos de análises de impacto ou mesmo de implementação de políticas públicas rurais, sobretudo do Pronaf. Seguindo este raciocínio, no Gráfico 2 podemos analisar o quantitativo destas publicações e os periódicos onde foram publicadas. Como podemos observar, a maioria dos artigos que levam em consideração a união de temas como agricultura familiar e políticas públicas coube à *Revista de Economia e Sociologia Rural*, com um total de treze artigos, seguida da *Sociedade & Natureza*, com um total de apenas quatro artigos, o que demonstra uma concentração demasiada alta no primeiro periódico.

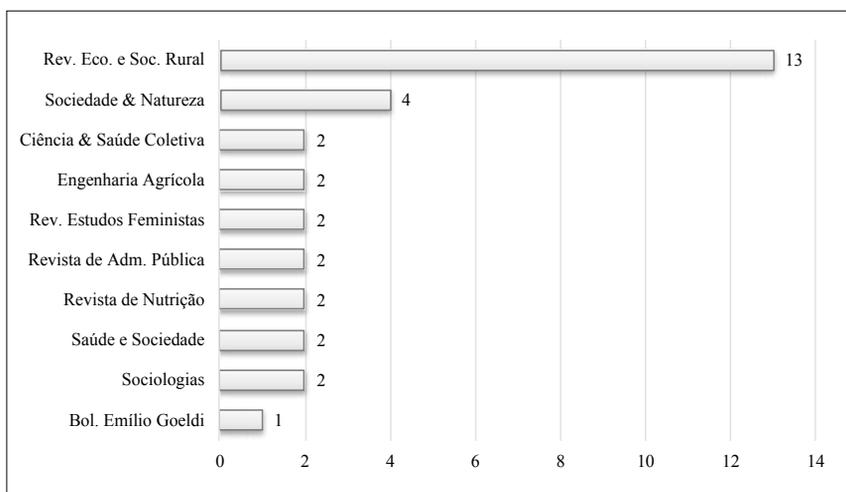


Gráfico 2. Publicações sobre agricultura familiar e políticas públicas, por periódico

Fonte: SciELO (2017). O total não atinge 100% porque o gráfico mostra apenas os dez principais periódicos.

Os demais periódicos apresentam de um a dois artigos publicados, evidenciando que não há, necessariamente, uma preferência dos autores por algum deles. O que chama a atenção é que há publicações em periódicos cujo foco é a área da saúde (*Ciência & Saúde Coletiva*, *Revista de Nutrição* e *Saúde e Sociedade*), assim como é o caso da *Revista Estudos Feministas* (que, possivelmente, aborda originais publicados que tenham como tema o papel crucial da mulher na agricultura familiar). Além desses achados, a área correspondente à sociologia e à

economia, com base no índice de originais publicados na *Revista de Economia e Sociologia Rural*, destaca-se junto à produção científica de artigos. Seguindo este viés, e com o fim de avaliar as suposições que esta constatação permite efetuar, buscamos mapear as publicações dos originais segundo a subárea temática, conforme demonstrado no Gráfico 3.

A suposição feita com base nos periódicos encontra ressonância nas subáreas do conhecimento. O maior quantitativo de publicações cabe à área da sociologia, especialmente à sociologia rural. A subárea da economia e política agrícola também se destaca, seguida da saúde pública, ambiental e ocupacional. Todas correspondem às áreas temáticas dos periódicos, permanecendo o predomínio de publicações voltadas (ou assim classificadas) à subárea da saúde. Este fato é promissor, pois demonstra que o estudo das políticas públicas em conjunto com a agricultura familiar considera a característica socioeconômica e humana dos beneficiários, o que é demonstrado pelas subáreas do conhecimento em que estão classificados os estudos.

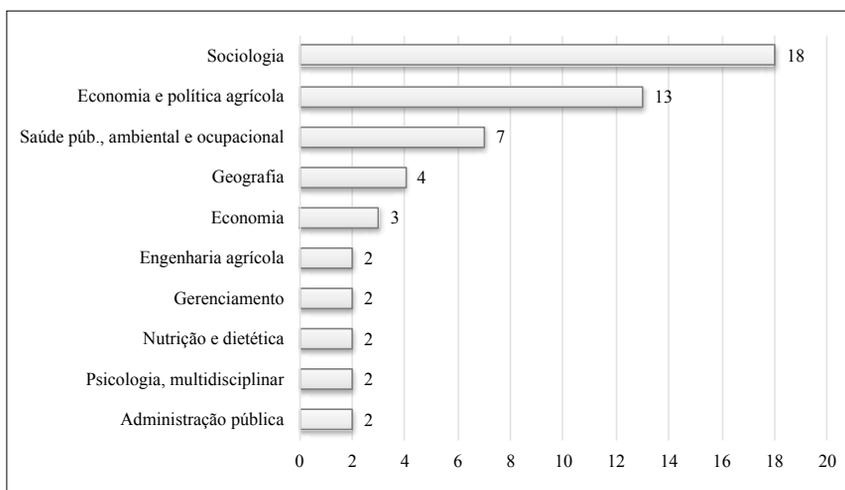


Gráfico 3. Publicações sobre agricultura familiar e políticas públicas, por subáreas

Fonte: SciELO (2017). O total não chega a 100% dos originais porque alguns se encaixam em mais de uma subárea, além do fato de que o gráfico mostra apenas as dez principais subáreas.

As demais subáreas mantêm relativa constância entre dois e quatro originais publicados, o que nos leva a inferir que a maioria dos originais publicados está de acordo com a grande área esperada, ou seja, àquela relacionada às ciências humanas. Doravante, essas constatações são mais visíveis quando os objetos de estudo são analisados individualmente, visto que o contraste tende a aparecer de forma mais realçada em análises comparadas. A fim de traçar o panorama sobre

as publicações, passemos, então, à análise da agricultura familiar. O Gráfico 4 apresenta o quantitativo sequencial de publicações, por unidades, ao longo do período de 2003 a 2017.

Uma das primeiras constatações diz respeito à sequência ascendente em termos de publicação de originais que envolvam unicamente o tema agricultura familiar, cujo auge ocorre em 2013, com um total de 48 artigos (o que, como visto, é próximo ao pico de 2014, quando analisadas a temática agricultura familiar em conjunto com as políticas públicas). Assim como no caso anterior, a maior parte do período em tela apresenta uma diretriz política tida como favorável ao desenvolvimento da agricultura familiar, o que certamente favoreceu, ainda que indiretamente, as novas pesquisas.

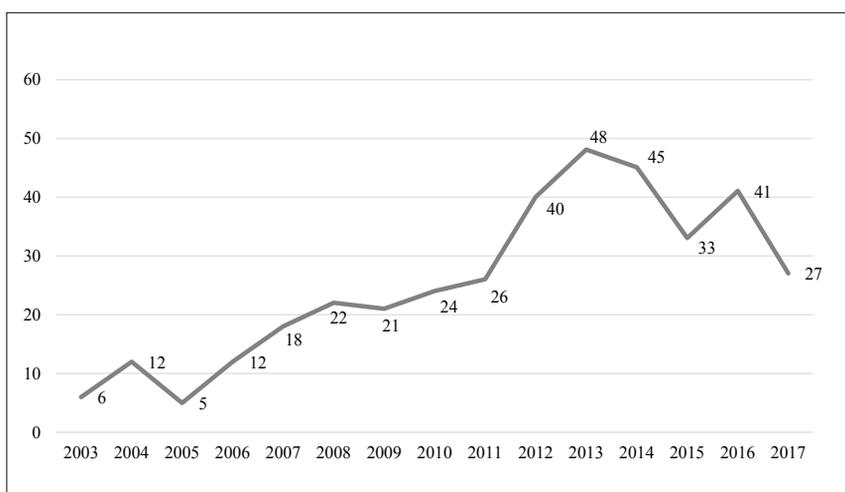


Gráfico 4. Publicação de artigos sobre agricultura familiar, por ano

Fonte: SciELO (2017).

Devemos ter em mente, contudo, que os achados não implicam uma relação de causa-efeito (até mesmo porque essa suposição seria ingênua), uma vez que, mesmo com a troca de partidos e governos, uma determinada temática não necessariamente acompanha tal rotação, especialmente em termos de publicações acadêmicas, ainda que exista um decréscimo no índice de publicações ao longo do período de 2014 a 2017. Mas em quais periódicos se encontram esses artigos? A fim de responder à questão, elaboramos o Gráfico 5, no qual se encontra o quantitativo total por unidades e periódico.

Assim como no caso da análise em conjunto, a *Revista de Sociologia e Economia Rural* se sobressai significativamente em relação aos demais periódicos, o que evidencia que ela tem considerável relevância para a divulgação e a publicação de originais que versem sobre a agricultura familiar, tanto de forma isolada quanto em conjunto com outros temas, como é o caso das políticas públicas. Pode-se

dizer, portanto, que há aqui um *locus* de discussão sobre o tema agricultura familiar, concentrado em um único periódico, permitindo-nos inferir certa especialização temática por parte tanto dos editores quanto dos autores, o que evidencia que há um debate consolidado através de um veículo de publicação que reúne pesquisadores em torno de temas comuns, por mais amplos que possam ser os olhares (variando da economia à sociologia, por exemplo).

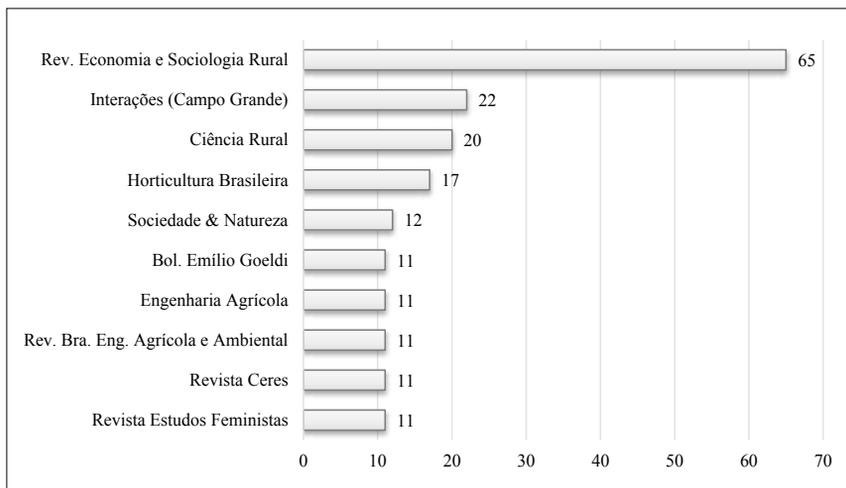


Gráfico 5. Publicações de artigos sobre a agricultura familiar, por periódico

Fonte: SciELO (2017). O total não atinge 100% porque o gráfico mostra apenas os dez principais periódicos.

Seguindo a ordem de incidência, a revista *Interações*, de Campo Grande, e as revistas *Ciência Rural* e *Horticultura Brasileira* respondem respectivamente pelo segundo e terceiro maior índice de publicação, porém com acentuada queda se comparados com o primeiro colocado. Quanto aos demais periódicos, pode-se dizer que eles assumem relativa igualdade em termos de constância e número de originais publicados. Duas constatações podem ser feitas a partir disso: em primeiro lugar, os periódicos responsáveis pela área da saúde são inexistentes, quando analisada apenas a agricultura familiar e, em segundo, a *Revista Estudos Feministas* mantém-se estável, o que demonstra certo interesse por questões que remetem à divisão sexual do trabalho no meio rural.

Resta saber, uma vez localizados os locais de publicação, quais são as subáreas temáticas dos textos. Este é o objetivo do Gráfico 6, que apresenta o panorama das publicações por subáreas temáticas. A principal subárea em que estão distribuídas as publicações de artigos sobre agricultura familiar concentra-se na sociologia. Novamente, podemos inferir que seja ainda uma subárea da mesma, ou seja, a sociologia rural (ou econômica), com um total de 87 unidades publicadas.

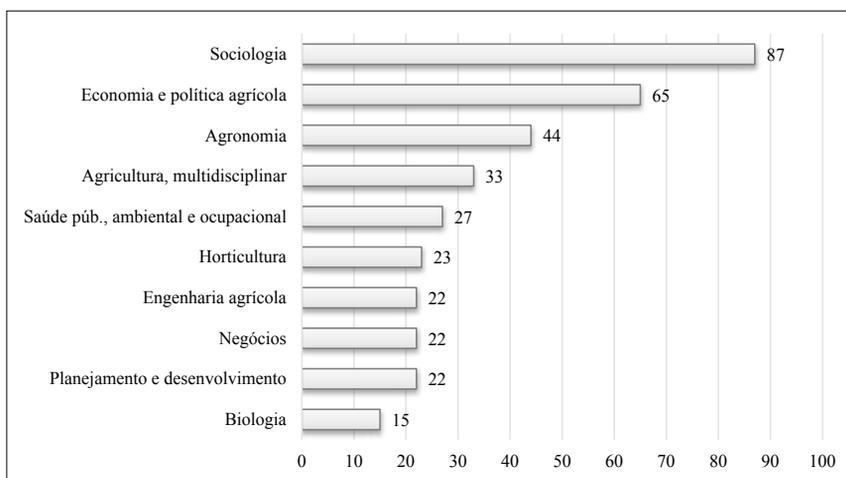


Gráfico 6. Publicação de artigos sobre agricultura familiar, por subáreas do conhecimento

Fonte: SciELO (2017). O total não chega a 100% dos originais porque alguns se encaixam em mais de uma subárea, além do fato de que o gráfico mostra apenas as dez principais subáreas.

Em segundo lugar, tem-se a economia e a política agrícola, o que nos aproxima da análise anterior. Um fato que chama a atenção é que as subáreas da agronomia e agricultura/multidisciplinar estão, respectivamente, na terceira e na quarta posição, já com uma significativa queda nos índices de publicações, o que evidencia que a visão estritamente agrônômica parece não predominar, como se acreditava, em se tratando de análises focadas na agricultura em pequena escala. A produção acadêmica de artigos científicos sobre a agricultura familiar tem conotação próxima de áreas como as ciências humanas e as ciências sociais aplicadas.

Este fato é observável na publicação constante, possivelmente direcionada mais ao viés político e social da organização presente na agricultura familiar do que à tecnicidade das culturas e insumos, o que acarretaria índices mais elevados de publicações na subárea da agronomia. Também a sociologia rural, a economia e a política são evidenciadas como subáreas pelas quais a agricultura familiar é estudada. Mas para que possamos ter um panorama que melhor retrate a realidade das produções, é necessário avaliar se há um distanciamento temático quando se trata de publicações sobre políticas públicas, o que pode ser feito por meio do Gráfico 7, que ilustra o quantitativo das publicações, por ano.

A primeira constatação que se pode fazer em relação ao Gráfico 7 diz respeito ao enorme quantitativo de publicações na área das políticas públicas. Se, na análise das publicações em conjunto, o máximo foi de 12 originais publicados (2014), ao passo que para a agricultura familiar isolada o total foi de 48 artigos

(2013), as publicações sobre políticas públicas atingem 398 publicações em um único ano (2016). Embora próximos pelo recorte temporal, tudo indica que a área das políticas públicas segue uma diretriz autoral e editorial distinta dos demais casos. Outro achado que chama a atenção diz respeito à tendência de queda na publicação de originais quando se trata do pós-2016, uma tendência percebida nas três esferas analisadas.

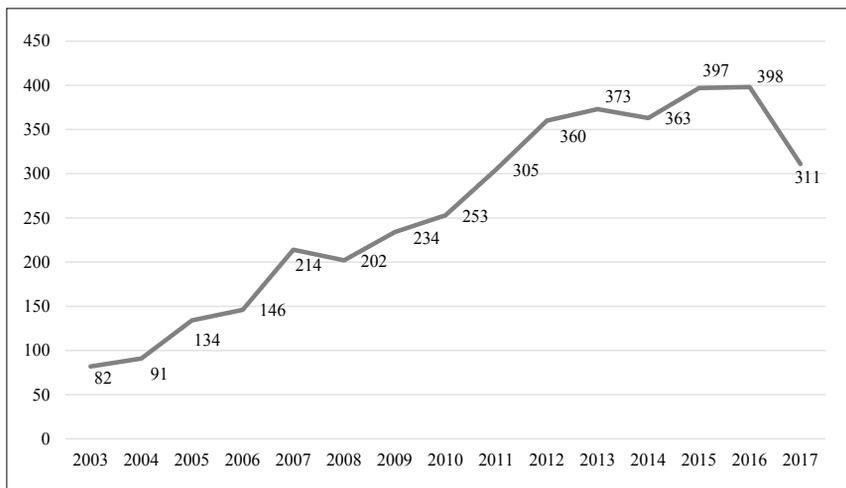


Gráfico 7. Publicação de artigos sobre políticas públicas, por ano

Fonte: SciELO (2017).

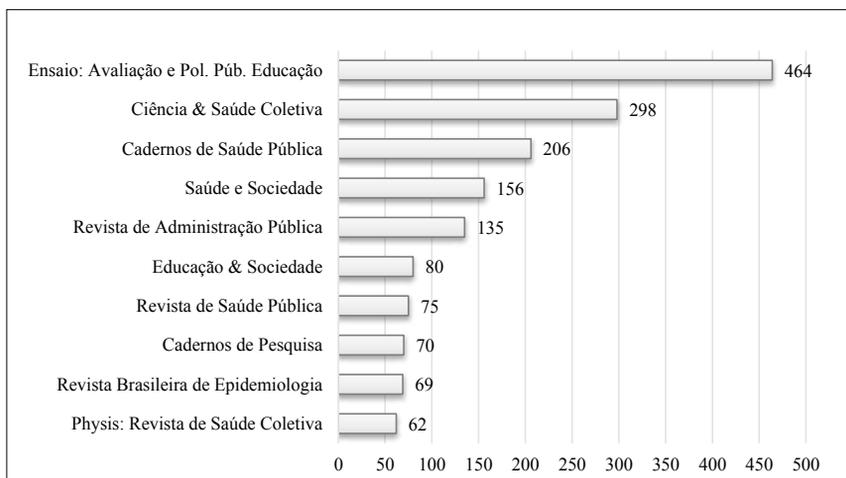


Gráfico 8. Publicações de artigos sobre políticas públicas, por periódico

Fonte: SciELO (2017). O total não atinge 100% porque o gráfico mostra apenas os dez principais periódicos.

Quanto ao período de 2003 a 2013, é possível afirmar que se trata de um decênio fértil em termos de produtividade de artigos sobre políticas públicas. O mesmo se pode dizer em relação à institucionalização da temática nos círculos universitários e profissionais, assim como em relação a sua proximidade com esferas governamentais e plataformas políticas. Este cenário de consolidação prévia de uma área acadêmica contribui para o quantitativo elevado de publicações, assim como tendências e influências internacionais. Merece destaque, também, a já mencionada versatilidade temática presente nas políticas públicas. Devemos, então, mapear os principais periódicos em que esses artigos foram publicados (Gráfico 8).

Com expressivo destaque como o periódico com o maior número artigos publicados, a revista *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas de Educação* responde, como pode ser percebido pelo seu próprio título, pela área educacional – que se encaixa tanto na grande área das ciências humanas quanto das ciências sociais aplicadas. Os outros três periódicos, por ordem sequencial de publicações, estão todos relacionados à saúde (e se encaixam, também, dentre as grandes áreas citadas acima). Somente em quinto lugar é encontrado um periódico que se enquadra de forma mais objetiva na área da ciência política e das políticas públicas, o que sugere que na maior parte das publicações trata-se de uma política pública setorial. Com base nos achados podemos inferir que as publicações sobre políticas públicas no Brasil geralmente estão atreladas às áreas da saúde pública ou educacional. No entanto, para subsidiar essa inferência, uma análise mais criteriosa das subáreas é necessária, o que pode ser feito por meio do Gráfico 9.

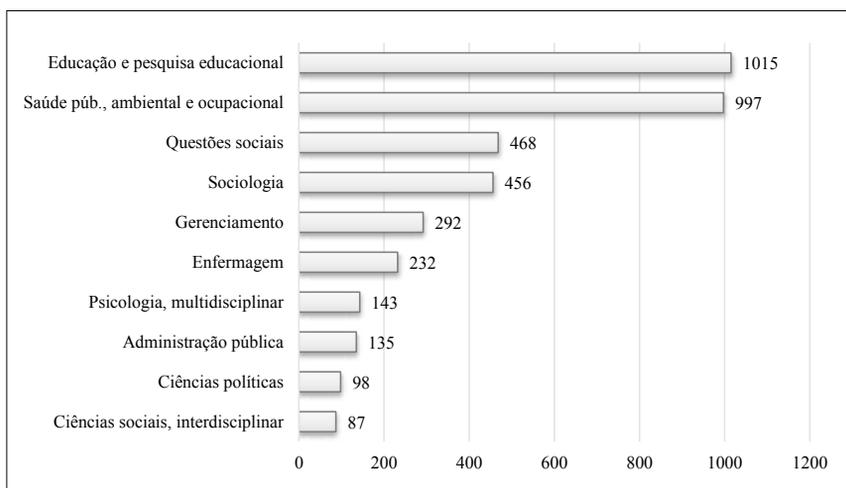


Gráfico 9. Publicação de artigos sobre políticas públicas, por subáreas

Fonte: SciELO (2017). O total não chega a 100% dos originais porque alguns se encaixam em mais de uma subárea, além do fato de que o gráfico mostra apenas as dez principais subáreas.

Como as constatações feitas com base nos periódicos sugerem, quando analisadas as subáreas temáticas, tem-se que a maior parte dos artigos publicados se relaciona com a educação e a pesquisa educacional, seguidas de saúde pública, ambiental e ocupacional. Mais uma vez, os dados reforçam que há uma concentração em publicações de políticas públicas direcionadas a áreas específicas do conhecimento.

As outras incidências no gráfico (terceira e quarta, respectivamente) correlacionam-se com questões sociais e sociológicas; mas, por outro lado, não se observa nenhuma referência direta às subáreas características da agricultura familiar, à exceção, é claro, da própria sociologia. Mesmo que haja um número crescente de publicações nesta área em específico, esse quantitativo ainda é menor em relação à saúde ou à educação (ou, o que é de se esperar, os estudos talvez estejam compreendidos dentro de uma das subáreas, e não como uma categoria analítica independente). Tal constatação vai ao encontro da ressalva de Conti e Roitman (2011: 134), no sentido de que a agricultura familiar “parece estar, ainda, muito aquém de seu potencial”, não apenas de geração de renda, mas também de reconhecimento enquanto uma promissora área para estudos acadêmicos.

Considerações finais

A agricultura familiar e as políticas públicas são áreas temáticas que têm despertado interesse em diversos autores, o que se reflete diretamente em termos de periódicos especializados nessas áreas, conforme atesta o contingente de publicações de artigos científicos. Em termos de classificação por área do conhecimento, é possível afirmar que a maioria se concentra nas ciências humanas (seguidas, por ordem de incidência, pelas ciências sociais aplicadas). As variáveis mais salientes ficam por conta das subáreas nas quais os artigos são classificados: a agricultura familiar, analisada isoladamente, tem uma tendência a ser estudada pelo seu viés sociológico e econômico, seguido de alguns apontamentos em relação à subárea da saúde pública e, em menor proporção, dos estudos focados em discussões sobre sexo e/ou gênero. Percebe-se, quanto ao enquadramento analítico pelo viés agrônômico, que este não se sobressai em relação às questões de cunho social/sociológico, o que demonstra que as análises tendem a focar mais o aspecto *humano* do que agrônômico (cultivos).

Quando a análise ocorre em conjunto com as políticas públicas, a tendência permanece a mesma, inclusive com semelhanças em relação aos periódicos nos quais os originais são publicados. Nesse sentido, constatou-se que alguns periódicos concentram publicações, sejam elas apenas sobre a agricultura familiar ou em conjunto com as políticas públicas. Daí se conclui que há periódicos que contemplam publicações direcionadas a uma área específica, o que permite conferir que, de fato, os estudos tendem a ser setoriais (independente do tema),

mobilizando determinados suportes teórico-metodológicos que nem sempre são inteligíveis. Pensemos, por exemplo, nas possíveis dificuldades que um estudioso de políticas públicas educacionais enfrentaria para se fazer compreendido por quem estuda políticas agrícolas, e o mesmo se aplicando àqueles focados única e exclusivamente na agricultura familiar sem contextualizá-la com outras formas de organização e produção agropecuárias.

A publicação de originais sobre agricultura familiar foi crescente até 2016, quando parece haver uma queda de publicações. Em relação às políticas públicas, percebe-se que há uma produção independente, que abrange diversas áreas e que, somada à sua institucionalização acadêmica e profissional, responde por um quantitativo significativo de originais publicados. Em se tratando unicamente de políticas públicas, percebe-se, por um lado, uma variedade maior de subáreas temáticas, e, por outro lado, uma maior concentração tanto de originais quanto de periódicos que abordam áreas como educação e saúde pública, o que nos leva a concluir que o estudo de *polícies* no Brasil tende a ser determinado mais pelo objeto estudado do que pelo aporte teórico-metodológico utilizado pelos autores.

Também devemos ter em mente que há um universo muito amplo de pesquisas e publicações que não foram analisadas aqui. E, mesmo dentre aquelas mapeadas junto à SciELO, pode ter ocorrido, como acreditamos de fato ser o caso, que muitas publicações não tenham sido selecionadas pelo critério da plataforma. Isso acontece quando não há alusão aos temas pesquisados em títulos, resumos e palavras-chave do artigo, embora todo ele, ou pelo menos parte significativa, trate de assuntos vinculados à agricultura familiar e às políticas públicas. A mesma coisa pode ocorrer também nos casos em que uma política, programa ou ação governamental é o tema central, mas sem que o texto seja classificado como estudo de políticas públicas ou agricultura familiar. Mas, mesmo neste caso, os achados nos levam a acreditar que ainda que existam outros artigos que não puderam ser mapeados, eles provavelmente obedecem às mesmas lógicas aqui esboçadas.

Referências

- ANJOS, Flavio Sacco dos; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda; GOMES, Mário Conill. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-548, 2004.
- BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, DF, v. 13, n. 30, p. 13-40, 2016.
- CONTI, Bruno M.; ROITMAN, Fábio B. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 131-168, 2011.

- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 21, p. 211-259, 2000.
- GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 52, supl. 1, 2014.
- HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Irenilda Ângela. Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 255-269, 2016.
- MAIA, João M. Ciências sociais, trabalho intelectual e autonomia: quatro estudos de caso sobre nós mesmos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 1-33, 2019.
- MATTEI, Lauro. *Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília, DF: MDA, 2006.
- MARTÍN, Eloísa. Ler, escrever e publicar no mundo das ciências sociais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 941-961, 2018.
- PENKO, Caio. Para compreender as políticas públicas: uma leitura introdutória. *Leviathan*, São Paulo, n. 2, p. 161-166, 2011.
- ROSA, Flávia G. M. G; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 183-193, 2006.
- SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas públicas*. Brasília, DF: Enap, 2006. v. 1, p. 21-42.
- SILVA, Junior Vagner Pereira da; GONÇALVES-SILVA, Luiza Lana; MOREIRA, Wagner Wey. Produtivismo na pós-graduação. Nada é tão ruim, que não possa piorar. É chegada a vez dos orientandos! *Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p. 1423-1445, 2014.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Salvador: Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia, 2002.

Recebido em: 04/12/2017

Aprovado em: 01/08/2020

Como citar este artigo:

SEVERO, Marconi e COLVERO, Ronaldo Bernardino. A agricultura familiar e as políticas públicas vistas através da publicação de artigos científicos. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 10, n. 2, maio – agosto, 2020, pp. 773-795.